



## Ata de Assembleia de Freguesia

Aos **onze dias do mês de abril de dois mil catorze** reuniram em **sessão ordinária** a Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado, no salão nobre do edifício da Junta de Freguesia, sita em Rua de S. João de Sobrado, 2251, 4440-339 Sobrado-Valongo, conforme convocatória previamente enviada, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Intervenção do Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Ordem do Dia:
  - 3.1 - Leitura e aprovação da ata da sessão realizada em 16 Dezembro de 2013 e da ata da sessão extraordinária realizada em 30 de Dezembro de 2013.
  - 3.2 - Apreciação e Votação do relatório de atividades e Conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 2013.
  - 3.3 - Apreciação e Votação da proposta da primeira revisão Orçamental.
  - 3.4 - Apreciação do Inventário.
  - 3.5 - Apreciação e aprovação do Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Campo e Sobrado.
  - 3.6 - Apreciação e votação da proposta para a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, que resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano para o ano 2014.
  - 3.7 - Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013;

A representar o Executivo da Junta: o Presidente Alfredo Sousa, a Secretária Ana Raquel Martins, o Tesoureiro José Delgado e os Vogais João Nunes e Carla Almeida.

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão pelas 21 horas e 15 minutos procedendo de imediato à chamada dos elementos que compõem a Assembleia de Freguesia, estiveram presentes:

Pelo **PS**: José Manuel Carvalho, Salomão Coelho Abreu, Tiago Sabença, Cândido Victória, Joaquim Garcez, José Manuel Magalhães e Ana Carina Fonseca.

Pelo **PSD**: João Paulo Pereira, Marco Vaqueiro, Fernando Rocha e Célia Carneiro.

Pela **CDU**: Manuel Santos.

Pelo **Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado**: João Miguel Reboredo.

**Pedidos de Substituição:**



- Liliana Rodrigues (**PS**) foi substituída por Cândido Victória, em virtude de ter apresentado pedido de substituição Gabriel Costa e Celeste Machado foi substituída por Ana Carina Fonseca. -----
- Elsa Carneiro (**PSD**) foi substituída por Célia Moreira Carneiro. -----

Quatro pedidos de substituição – **Anexo A** -----

O **Presidente da Assembleia** propõe Ana Carina Fonseca para secretariar a assembleia, na ausência de Liliana Rodrigues. Ninguém se opôs a esta proposta. -----

**1. Ponto da Ordem de Trabalhos – Intervenção do Público** -----

Não havendo nenhuma intervenção do público, passou-se de imediato, para o **segundo ponto da Ordem de Trabalhos**: -----

**2. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

**Manuel Santos (CDU):** Questionou o executivo acerca da continuidade dos projetos dos lavadouros e fontanários de Campo, se agora vai englobar os lavadouros e fontanários de Sobrado. Alertou o executivo para que em conjunto com a câmara, arranjassem a Rua Central da Retorta e a Rua Sacadura Cabral, por se encontrarem com o paralelo muito irregular; que a Travessa do Lagoeiro se encontra normalmente com amontoado de ervas e lixo, embora a junta faça algumas intervenções estas não são suficientes para solucionar o problema. No seguimento de alguns acidentes na estrada N209, recomendou ao executivo que juntamente com a câmara intercedessem junto da Estradas de Portugal, para que discutissem algumas anomalias que possam estar na origem destes acidentes e arranjassem os passeios das estradas N15 e N209. Falou ainda na limpeza das ruas, dizendo que esta já está a ser feita, mas que ainda há muito por fazer, devendo-se rever prioridades. -----

Apresentou uma Saudação sobre as comemorações dos quarenta anos da Revolução de Abril. –

**Anexo B** -----

Entregou à Mesa da Assembleia uma Moção contra a privatização ou concessão a privados da Metro do Porto e da STCP – **Anexo C** -----

**Presidente da Assembleia:** Realizou a leitura da moção referida anteriormente. -----

**Marco Vaqueiro (PSD):** Deu as boas-vindas pela inauguração das sessões da assembleia em Sobrado. Questionou o presidente do executivo sobre o adiamento da Candidatura da Bugiada a Património Cultural e Imaterial da Unesco, sobre quando e por quem soube deste adiamento, dizendo que a última informação pública data do dia vinte e três de janeiro, notícia essa dada pelo



presidente de câmara, no site da câmara, onde era dada nota de que nos primeiros dias de fevereiro se iria apresentar a candidatura. Depois desse dia verificou-se um vazio de informação pública, culminando na notícia que saiu na semana anterior a esta assembleia. Questionou também sobre o que o presidente fez para evitar aquele desfecho, que de quarenta e nove entradas na agenda de trabalho, de quatro meses, não aparece nenhuma a falar da candidatura e sobre o que está a ser feito para que em 2015 não aconteça a mesma coisa. ----- Manifestou preocupação pela visita da Polícia Judiciária à sede das instalações da Freguesia de Campo e Sobrado, dizendo que a prática de cargos públicos deve ser feita com a maior transparência e rigor e que não é motivo de contentamento mas sim, uma vergonha para a freguesia. -----

**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Expôs uma preocupação de um grupo de pais da Escola da Azenha, sobre fibrocimento existente na escola e sobre umas infiltrações, que depois de apresentada informação na câmara, já se estará a tentar resolver o problema. -----

Questionou o presidente sobre a atividade de carnaval da ARCA não estar mencionada no relatório de atividades. Apresentou uma proposta de alteração do relatório de atividades da junta de freguesia. – **Anexo D** -----

Sugeriu ao executivo da junta de freguesia que analisasse uma proposta apresentada pelos Unidos de Campo e Sobrado sobre o Dia da Criança. – **Anexo E** -----

Questionou ainda se o executivo pactua e concorda com os protocolos da Câmara Municipal de Valongo para as escolas; qual a piscina que pretende abrir e de que forma tenciona fazer a pista de atletismo. -----

**Célia Carneiro (PSD):** Referiu que as atas de executivo não deveriam ter só as conclusões, mas sim as opiniões de todos e questionou relativamente à ata número oito da reunião de executivo, a quem é que se tinha pedido orçamentos. -----

**Joaquim Garcez (PS):** - Questionou o executivo sobre o arranjo da Rua Central das Póvoas e Rua Central da Ribeira; referiu que na Rua do Redondelo, um tubo colocado para canalizar a água, danificou o muro do proprietário; falou também que dado ao cenário trágico na Estrada N 209, se deve exigir, a quem tem poder, para resolver a situação. -----

**João Paulo Pereira (PSD):** Questionou o executivo acerca do protocolo de delegação de competências com a Câmara Municipal de Valongo, se vai aceitar ou não; se foram plantadas mais árvores além das que foram plantadas na Quinta do Visconde. Disse que as atas do executivo eram tardivamente colocadas no site. Questionou quais os critérios que têm sido seguidos para apoiar as associações; sobre a venda do dumper, gostaria de saber se este já tinha sido vendido; Disse ainda que, numa reunião pública, o edifício da junta teria a porta fechada. Terminou perguntando ao executivo que tipo de propostas foram apresentadas pela junta relativamente ao PDM. -----

**Salomão Abreu (PS):** Referiu na sua intervenção de que é perfeitamente legítimo que o PSD tenha solicitado ao poder judicial uma investigação sobre a atividade da junta, que no seu ponto de vista esta queixa não seria mais do que um interesse eleitoralista, sendo que a intervenção da polícia judiciária é uma consequência lógica dessa denúncia, onde foram denunciados factos e o ministério público tem de fazer uso da polícia judiciária para averiguar. Disse ainda que o PSD desencadeia o processo e depois ainda se queixa de que é uma vergonha para a freguesia. -----

**O Presidente de Assembleia** colocou à **votação a discussão** da moção apresentada pela CDU, Contra a privatização ou concessão da metro do Porto e da STCP, sendo **aprovada por unanimidade** a discussão da referida moção. -----

Não havendo nenhuma intervenção neste ponto, passou-se de imediato à votação da moção. -----

**Presidente da Assembleia:** Colocou à votação a moção apresentada pela CDU, Contra a privatização ou concessão da metro do Porto e da STCP, sendo **aprovada por maioria** com três votos contra (3 PSD – João Pereira, Marco Vaqueiro e Célia Carneiro), duas abstenções (1 PSD – Fernando Rocha e 1 Movimento Independente UCS) e oito votos a favor (7 PS e 1 CDU). -----

**O Presidente de Mesa** colocou à **votação a discussão** da proposta apresentada pelo Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado, alteração do relatório de atividades da Junta, sendo a discussão da proposta **aprovada por unanimidade**. -----

**Manuel Santos (CDU):** Disse que o executivo deveria colocar no relatório as reuniões que tenham conclusões. -----



**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Disse que a proposta apresentada não tem a ver com a apresentação estética, mas sim com o conteúdo, objetivo estratégico e conclusão da reunião. -----

**Fernando Rocha (PSD):** Referiu que o documento deve ser efetuado, que não seria necessário colocar todas as reuniões, mas sim, aquelas reuniões onde tivessem sido apresentadas propostas e soluções, de modo a possuir informação mais útil. -----

**João Paulo Pereira (PSD):** Disse que já lê a agenda do presidente há quatro anos e que o documento continua sempre o mesmo. -----

**Salomão Abreu (PS):** Referiu que o importante nesta proposta não é a forma, apenas é uma recomendação que poderá ser aceite ou não pelo executivo e de que, a transmitir à assembleia, que o faça de forma mais percutível para todos, qual o objetivo e as principais conclusões. -----

**Manuel Santos (CDU):** Disse que concorda com a proposta apresentada. -----

**Presidente da Assembleia:** Colocou à votação a proposta apresentada pelo Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado, alteração do relatório de atividades da Junta, sendo esta aprovada por unanimidade. -----

**Presidente da Junta:** Iniciou a sua intervenção dizendo que era com muito orgulho que estava a participar na primeira assembleia de freguesia em Sobrado. -----  
Sobre a requalificação dos lavadouros, prosseguiu dizendo que o executivo está mais focalizado em arranjar meios financeiros para a conclusão da Casa das Artes e espera no segundo semestre de 2014 conseguir meios financeiros para continuar a requalificação dos lavadouros de Campo e iniciar a requalificação dos lavadouros de Sobrado; que devido ao longo período de chuvas não foi possível fazer intervenções nas Ruas da Retorta e Sacadura Cabral e Travessa do Lagoeiro e que a limpeza das ruas e bermas continuam a ser da competência da câmara; sobre a Estrada N209, mesmo não sendo competência da junta, nem da câmara municipal, sabe que o presidente da câmara está empenhado em arranjar uma solução para a curva da Balsa. Relativamente aos passeios das estradas N 209 e N15, disse que a luta já vem do anterior mandato, que no passado o Secretário de Estado veio ver a situação mas que o atual governo está a reduzir as verbas para estas intervenções. De acordo com a lei 75/2013, sobre a delegação de competências da câmara



municipal para a junta de freguesia está em fase de renegociação, uma vez que o executivo não concordou com a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Valongo. Em relação à Candidatura da Bugiada a Património Cultural e Imaterial da Unesco, soube da situação no mesmo momento que o Presidente da Casa dos Bugios e o Presidente de Câmara soube pouco tempo antes pelo Sr. Paulo Lima, técnico responsável pela candidatura e escolhido pelo anterior executivo da câmara. Referiu que existia muitas limitações, tanto do presidente de junta como do presidente de câmara, mas que espera que muito em breve a candidatura seja apresentada e devidamente aprovada. Sobre a Polícia Judiciária em Campo, disse que é sinal de que a justiça, mesmo tarde, ainda funciona e que se debruçou na pesquisa de três processos, Casa das associações, contratação da técnica social e programa de trabalho de um funcionário; em relação ao relatório trimestral, referiu que no documento de prestação de contas há um outro relatório, diferente da agenda; relativamente ao Dia da Criança, o executivo decidiu que seriam dois dias, um em Campo (junto ao edifício da junta) e outro em Sobrado (Largo do Passal), em parceria com as associações; sobre a piscina, disse que era uma competência da Câmara Municipal de Valongo e que para a pista de atletismo, já havia local e uma entidade que cedia o terreno; em relação às atas do executivo, estas devem ter o essencial e as conclusões; sobre a Rua da Fervença, disse que é uma obra prioritária, que está sempre a pressionar para que esta obra seja concretizada; sobre a Rua Central da Ribeira disse que está constantemente a reclamar e a enviar queixas para a Câmara Municipal de Valongo; da Rua do Redondelo informou que já lá esteve com um técnico e que vão tentar fazer passar um tubo para as águas; relativamente ao Dia da Árvore em Campo foi realizado na Quinta do Visconde, por uma questão de segurança para as crianças; quanto ao site da junta, disse que não era um produto acabado e que naturalmente as atas iam surgindo lá; sobre a venda do dumper, o executivo achou que o melhor seria vendê-lo, uma vez que a assistência é caríssima e com outros equipamentos conseguem fazer um trabalho de forma mais rápida e eficiente; referiu ainda que o PDM está na ordem do dia, que estava a ser discutido recentemente na câmara e que até propôs a alteração uma faixa entre o campo de futebol de Sobrado e a Casa do Bugio para zona urbana.

**João Paulo Pereira (PSD):** Disse que fica admirado quando o Sr. Presidente de Câmara diz que vai entregar a candidatura mesmo antes de falar com Paulo Lima, o responsável pela própria candidatura e fica admirado com a Casa do Bugio por ter adormecido nesta candidatura. Sobre a questão da Polícia Judiciária, disse que não estava em causa as pessoas e os valores, mas sim a legalidade das situações. Referiu ainda era uma mentira dizer que foi o PSD que fez a denúncia e



que no mandato anterior foi aprovada uma proposta na assembleia de freguesia para alertar destas situações. -----

**Salomão Abreu (PS):** Disse que era verdade ter sido aprovada uma proposta na última assembleia da Freguesia de Campo, no mandato anterior, mas que também era verdade que a mesma proposta tinha sido reprovada na penúltima assembleia. Referiu ainda que dado à proposta não estar incluída na ordem do dia, o órgão executivo decidiu que não se deveria dar seguimento.-----

**Manuel Santos (CDU):** Referiu que foi uma das pessoas ouvidas pela Polícia Judiciária e que por curiosidade sempre esteve contra os outros elementos do executivo. Confirmou que numa assembleia a proposta foi reprovada e posteriormente, noutra assembleia, aprovada. -----

**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Pediu para que os representantes na assembleia falassem apenas em nome do partido que estão a representar. -----

**3. Ordem do Dia:** -----

**3.1 - Leitura e aprovação da ata da sessão realizada em 16 Dezembro de 2013 e da ata da sessão extraordinária realizada em 30 de Dezembro de 2013.** -----

**Fernando Rocha (PSD):** Perguntou se as atas eram feitas com base nas gravações, dado faltar uma resposta do presidente de junta a uma intervenção sua. -----

**Célia Carneiro (PSD):** Começou por definir o que era uma ata. Disse que a ata do dia 16 de dezembro não era uma ata e sim um esquema. Alertou para a correção do nome de um deputado e para se especificar os nomes dos deputados nas respetivas votações. -----

**Presidente de Mesa:** Recomendou a leitura do regimento da assembleia, onde diz que a ata deve conter um resumo do que essencial nela se tem passado. Solicitou à deputada Célia Carneiro para que fizesse chegar uma proposta de correção de alteração de ata. -----

Depois de colocada à aprovação pelo **Presidente da Assembleia a ata da sessão ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2013**, e depois de efetuadas algumas correções, foi **aprovada por maioria**, com sete abstenções (4 PSD, 1 Movimento Independente UCS, 2 PS - Ana Fonseca e Cândido Victória por não terem estado presentes nessa sessão) e seis votos a favor (5 PS e 1 CDU). -----

Posteriormente foi colocada à aprovação pelo **Presidente da Assembleia** a **ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2013**, e depois de efetuadas as correções, foi **aprovada por maioria**, sete abstenções (4 PSD, 1 Movimento Independente UCS – por não ter estado presente na sessão, 2 PS - Ana Fonseca e Cândido Victória por não terem estado presentes na sessão) e seis votos a favor (5 PS e 1 CDU). -----

**3.2 - Apreciação e Votação do relatório de atividades e Conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 2013.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à discussão o relatório de atividades e Conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 2013, dado não existirem intervenções passou de imediato à votação. -----

Colocou à votação o relatório de atividades e Conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 2013, sendo o referido relatório **aprovado por maioria** com seis abstenções (1 CDU, 4 PSD e 1 Movimento Independente UCS) e sete votos favoráveis (7 PS). -----

**3.3 - Apreciação e Votação da proposta da primeira revisão Orçamental.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à discussão o ponto **Apreciação e Votação da proposta da primeira revisão Orçamental:** -----

**João Paulo Pereira (PSD):** Questionou sobre o reforço da verba para a Casa das Associações, se esta se referia a Campo. Disse ainda que não estava a ver nenhum reforço para a Casa das Artes e dado ter havido uma alteração ao projeto gostaria de saber quais as alterações que foram feitas. -

**Manuel Santos (CDU):** Perguntou se com a verba de reforço para a Casa das Associações era mesmo para a acabar e qual a finalidade da verba estipulada na rubrica “outros investimentos”. Fez ainda um reparo, que sendo o maior saldo o da junta anterior de Sobrado, que este deveria ser gasto em Sobrado. -----

**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Questionou sobre o valor de mil seiscentos e noventa e dois euros, para “escolas e jardins-de-infância”, em que âmbito se inseria este valor. -----



**Presidente da Junta:** Respondeu dizendo que o referido valor era no âmbito da Componente de Apoio à Família. -----

**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Questionou sobre a despesa da junta: plano de atividades de educação, no valor de cinco mil, trezentos e sessenta e cinco euros; ação social no valor de mil e seiscentos euros; cultura desporto e tempos livres, no valor de mil duzentos e trinta euros; obras e construções e sobre a verba que aparece para o 25 de abril e semana das associações. -----

**Presidente da Junta:** Sobre as verbas do 25 de abril e da semana das associações respondeu que os valores apresentados no final do ano, nas respetivas rubricas, são valores cabimentados nas rubricas do plano e orçamento e totalizadores de várias atividades. -----

Os valores apresentados em obras e construções são referentes a pequenas obras, por exemplo os lavadouros. -----

Sobre a proposta da primeira revisão orçamental referiu que a junta de freguesia recebeu de saldo de Campo cerca de dois mil euros e de Sobrado cerca de noventa mil euros, todavia uma parte da verba da Freguesia de Sobrado, cerca de cinquenta e nove mil euros está condicionada pelo PRODER à Casa das Artes. A junta de Sobrado aquando da aprovação do projeto da Casa das Artes assumiu uma parcela de investimento em cerca de oitenta mil euros mais iva. Concluindo que, do referido saldo de noventa mil euros, cerca de cinquenta e nove mil euros são receita proveniente do PRODER para a Casa Das Artes, da parcela total de cento e dezoito mil euros. O saldo liberto para o investimento da parcela da Junta de Freguesia é cerca de trinta e um mil euros, mais o valor de um adiantamento inicial ao empreiteiro no valor de mais ou menos catorze mil euros, perfazendo um saldo final de quarenta e cinco mil euros, havendo a necessidade de arranjar a restante parcela de investimento de oitenta mil euros mais iva. -----

As alterações à Casa das Artes foram feitas em total concordância com a ADRITEM, foi alterado a parte frontal ao nível do palco para suportar as cortinas e iluminação, o piso foi modificado para madeira de sucupira e os corredores em granito, uma janela lateral foi modificada para porta, dando acesso direto do bar ao jardim/esplanada da Casa das Artes. -----

A verba para a Casa das Associações foi reforçada, será necessário cerca de trinta mil euros para a terminar. Falta a parte de serralharia frontal, impermeabilização, pintura, teto falso e terminar a parte de pichelaria e eletricista. -----

Na rubrica "outros investimentos" está representada a verba retida na brisa. Reforçou-se com mais vinte e sete mil euros a rubrica incorporando assim o saldo de 31 de dezembro de 2013. -----



**Presidente da Assembleia:** Colocou à votação a **proposta da primeira revisão Orçamental**, sendo a referida proposta **aprovada por maioria** com seis abstenções (1 CDU, 4 PSD e 1 Movimento Independente UCS) e sete votos a favor (7 PS). -----

### **3.4 - Apreciação do Inventário.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à discussão o ponto **Apreciação do Inventário**: -----

**João Paulo Pereira (PSD):** Disse que ficava admirado com os valores do inventário, porque o fontanário do Largo dos Moirais tem o valor de trezentos euros, enquanto o fontanário do Largo do Passal tem o valor de um euro; os terrenos de Campo são todos avaliados a dez euros/metro e os terrenos de Sobrado não se consegue descobrir o valor. -----

**Presidente da Junta:** Disse que fazer um inventário não é fácil e com a agregação as dificuldades aumentaram exponencialmente. Referiu também que os valores são patrimoniais, são os que estão registados nas finanças e não foram ainda atualizados. Disse que passou os últimos quatro anos a registar e atualizar os terrenos da junta de Freguesia de Campo, foi investido muito tempo e dinheiro. Hoje, tem cerca de setenta porcento dos terrenos registados no nome da Junta de Freguesia, tem sido feito um trabalho exaustivo e mesmo assim ainda desconhecem a localização de alguns terrenos. Terminou dizendo de que este inventário é o inventário real. -----

### **3.5 - Apreciação e aprovação do Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Campo e Sobrado.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à discussão o ponto **Apreciação e aprovação do Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Campo e Sobrado**: -----

**Joaquim Garcez (PS):** Disse que havia algumas situações em que estava a ser difícil regularizar as sepulturas alugadas. Deu como exemplo, uma sepultura alugada em nome de uma pessoa e filhos, tendo em conta que a maior parte das pessoas se esquece de pagar a taxa de manutenção e que é preciso pagar o aluguer dessa sepultura. Referiu que no regulamento deveria existir um ponto, onde em benefício dos herdeiros se resolveria o problema e passasse o nome da sepultura para quem tem assumido essa responsabilidade. Disse que conhecia casos de algumas pessoas que já tinham falecido, ou pais, ou sogros e que estão a pagar as sepulturas sozinhos, que ninguém se interessa dos outros herdeiros e quando a pessoa quer comprar a sepultura, a junta

obriga-a a falar com os restantes herdeiros ou genros para que assinem a autorização. Propõe que se acrescente um artigo onde facilite a compra da sepultura por parte da pessoa que está a pagar o respetivo aluguer da sepultura (há mais de 5 ou 10 anos, por exemplo). -----

**Manuel Santos (CDU):** Disse que tinha feito parte do grupo de trabalho, tinha sido um trabalho exaustivo, que depois de analisar novamente queria propor uma adenda ao Capítulo XV, Disposições Finais, Artigo nº71, Preços e Taxas. – **Anexo F** -----

Referiu ainda que, de momento se paga a taxa de manutenção mas que, amanhã poderá ser abolida e que com a alteração da redação não será preciso alterar o regulamento. -----

**João Paulo Pereira (PSD):** Começou por dizer que fez parte do grupo de trabalho e que o regulamento baseia-se no que a lei obriga. Referiu que muita gente tem ido fazer habilitações de herdeiros para poder registar a campa e que gastam imenso dinheiro para isso. -----

**Presidente da Junta:** Explicou que quando alguém quer concessionar perpetuamente uma sepultura, a junta solicita uma autorização de todos os herdeiros da mesma, tendo de existir um acordo entre eles. Caso não exista esse acordo, não pode conceder a sepultura. -----  
Este ponto da ordem de trabalhos é muito delicado e o executivo convocou todos os partidos e forças políticas para fazerem o esboço do novo regulamento. Este foi feito e enviado pelo próprio presidente a todos os representantes, para possíveis posteriores correções. -----

**João Reboredo (Movimento Independente Unidos por Campo e Sobrado):** Disse que depois de ver as receitas da junta, pode concluir que o cemitério dá lucro de quarenta e dois mil e setecentos e dois euros. -----

**Fernando Rocha (PSD):** Disse que desconhece a lei, mas que nos casos dos terrenos alugados do cemitério, será que no falecimento da pessoa que tem esse aluguer não poderiam nessa altura, serem chamados os herdeiros para decidirem quem seria o titular desse aluguer e se a junta poderia assumir essa iniciativa. Terminou dizendo que é uma sugestão e que não sabe se é possível ou não. -----

**Presidente da Junta:** Referiu que fará o que estiver dentro da lei, na prática há famílias enormes e a junta de freguesia não consegue controlar todas as questões familiares e endereços, desconhecendo até quem são os herdeiros. -----

Falou também no artigo 19º do regulamento, que classifica as sepulturas como temporárias, perpétuas e outras de direitos especiais, (antigas sepulturas aforadas), sendo que as de direitos especiais, as antigas sepulturas aforadas, regem-se pelas sepulturas concessionadas, sendo automaticamente renovados os seus direitos com o pagamento anual da respetiva taxa de ocupação de espaço. -----

**Fernando Rocha (PSD):** Relativamente ao artigo 19º, na parte das sepulturas de direitos especiais, quer dizer que se não pagarem a taxa, perdem os direitos, mas se há um que vai pagar a taxa, esta pessoa representa toda a família, sendo assim um desfavorecimento da lei. -----

**Presidente da Junta:** Disse que entende a situação e que concorda que é injusto, mas não pode ultrapassar a lei. -----

**Presidente da Assembleia:** Colocou à votação a alteração da proposta apresentada por Manuel Santos, ninguém se opôs. -----

**O Presidente da Assembleia:** Colocou à votação o **Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Campo e Sobrado**, sendo este **aprovado por maioria** com um voto contra (1 PS – Joaquim Garcez) e doze votos a favor (6 PS, 4 PSD, 1 CDU e 1 Movimento Independente UCS). -----

**3.6 - Apreciação e votação da proposta para a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, que resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano para o ano 2014.** -----

**O Presidente da Assembleia** colocou à discussão o ponto 3.6 da ordem de trabalhos: -----

**Marco Vaqueiro (PSD):** Começou por dizer que o executivo tem feito um esforço para esvaziar funções à assembleia e que na semelhança do que já havia sido votado na assembleia anterior, estão novamente a tentar retirar algumas das que são as competências da mesma, impedindo assim os membros de fiscalizar de perto aquela que é a atividade do executivo. Disse ainda que esta proposta do executivo é ainda mais caricata do que a anterior uma vez que, no seu entender, o que lhe estava ali a ser apresentado era uma autorização para que o executivo da junta faça contratos financeiros no âmbito daquilo que são as opções do plano de atividades, plano esse que ainda não fora apresentado visto que o documento apresentado anteriormente pelo executivo foi

um plano “monoanual” de atividades e não um plano bianual de atividades visto que, englobava apenas atividades para o decorrer do ano de 2014. -----  
Relativamente ao assunto da UNESCO, disse que o processo era eminentemente político, que tinha vindo a ser tratado com muita rapidez e que a partir do momento em que se mudaram os atores políticos o processo parou. -----  
Terminou dizendo que não achou uma vergonha que a Polícia Judiciária tenha feito o seu trabalho, mas não concorda com a felicidade demonstrada pelo presidente, por ter tido os inspetores da Polícia Judiciária a trabalhar na junta de freguesia. -----

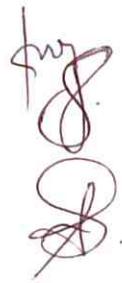
**Salomão Abreu (PS):** Disse que na prática não achava necessário que a assembleia aprovasse previamente os projetos que a junta pretenda desenvolver, uma vez que a lei já prevê que se os encargos forem inferiores a noventa e nove mil, setecentos e cinquenta euros, qualquer projeto está dispensado da aprovação em assembleia. Frisou que concordava com a proposta uma vez que, na sua extensão esta deixava claro que todos os projetos tinham que estar ao abrigo da lei. --

**Manuel Santos (CDU):** Disse que concordava, que não havia plano nenhum e não ia abrir nenhuma exceção portanto, votaria da mesma forma que já havia feito na reunião passada. -----

**Fernando Rocha (PSD):** Começou por fazer referência à alínea c) do nº1 do artigo 6 da lei 8/2012, “A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento...” e indo à “Da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”, perante o que a lei apresenta não diz assembleia de freguesia, mas sim a assembleia municipal é quem evoca este, portanto a lei não se aplica. -----

**João Reboredo (Movimento Unidos por Campo e Sobrado):** Disse que ia votar contra porque considera que, se em outras situações que têm ocorrido não se tem informações de orçamentos e de como foram feitas adjudicações para outros valores mais baixos, acha que todos os documentos deveriam ir à assembleia, para que todos possam fiscalizar. -----

**Presidente de junta:** Começou por referir que, apesar de não estarem orçamentadas verbas para 2015, 2016 e 2017, foi aprovado um plano e orçamento que continha todas as opções políticas. Referiu que ao ter aprovado o plano de atividades a assembleia aprovou a execução das diretrizes básicas do que o executivo acha importante executar nos anos seguintes. -----  
Disse que o que se pretendia era arranjar ferramentas para atingir o objetivo de executar o plano.



Para que quando fossem delegadas competências da Câmara Municipal, como aliás estará para breve, passando sete jardineiros e um varredor para os quadros da Junta de Freguesia, será necessário fazer investimento em equipamentos para esses funcionários executarem o seu trabalho, sendo que também será necessário meios para deslocá-los para locais diversos, bem como os seus equipamentos.

Disse que queria ser transparente quando decidiu trazer esta informação à assembleia de freguesia e salientou novamente que o que pretendia na prática era arranjar ferramentas de trabalho, que tornem eficaz o trabalho da junta de freguesia, para as pessoas de Sobrado e Campo. Referiu também que a Câmara Municipal tinha uma proposta de oitenta e sete mil euros para três funções: escolas, varredura/limpeza de bermas e jardins, que incluía ainda a transferência de oito funcionários cujo salário será assegurado pela Câmara.

**João Paulo Pereira (PSD):** Disse que na necessidade de a junta comprar um transporte, só deveria acontecer depois do protocolo assinado com a câmara, uma vez que há previsão de transferirem funcionários, podem também transferir outros equipamentos. Referiu ainda que o texto da proposta se aplica às Câmaras Municipais e não deve ser aprovado, o processo apenas era transparente se houvesse um plano plurianual de atividades e se soubessem o que vai ser transferido da Câmara Municipal. Terminou dizendo que se a proposta não fosse aprovada, o executivo poderia negociar com a Câmara mas teria de a levar à Assembleia de Freguesia. Propõe assim a retirada do ponto até que os serviços jurídicos da Junta de Freguesia se pronunciem sobre o assunto.

**Presidente de Junta:** Respondeu dizendo que o documento em causa já tinha sido elaborado pelos serviços jurídicos da Junta de Freguesia.

**O Presidente da Assembleia:** Colocou à votação a **proposta para a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, que resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano para o ano 2014**, sendo a referida proposta aprovada por maioria com cinco votos contra (4 PSD e 1 Movimento Independente UCS), duas abstenções (1 PS – Joaquim Garcez e 1 CDU) e seis votos favoráveis (6 PS).

**Fernando Rocha (PSD):** Em nome da bancada do PSD apresentou uma declaração de voto vencido. - **Anexo G**

**João Paulo Pereira (PSD):** Questionou o presidente acerca das comemorações do Desportivo da Gandra e qual era o critério da atribuição dos subsídios para as associações. -----

**Presidente de Junta:** Respondeu dizendo que o momento não era o indicado para falar da atribuição dos subsídios às associações. -----

**3.7 - Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013.** -----

O Presidente da Assembleia colocou à discussão o ponto **Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia**, não intervindo ninguém neste ponto da ordem de trabalhos. ---

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Mesa** deu por encerrada a sessão pelas 01h15m e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros que compõem a mesa da Assembleia de Freguesia. -----

O Presidente da Assembleia



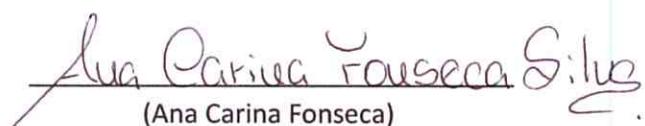
-----  
(José Manuel Carvalho)

1º Secretário



-----  
(Tiago Sabença)

2º Secretário



-----  
(Ana Carina Fonseca Silveira)



# Anexo A

## **Junta de Freguesia de Campo e Sobrado**

---

**De:** Elsa Carneiro <elsacarneiro@gmail.com>  
**Enviado:** segunda-feira, 7 de Abril de 2014 23:38  
**Para:** Junta de Freguesia de Campo e Sobrado  
**Assunto:** Fwd: Convocatória para Assembleia de Freguesia  
**Anexos:** CONVOCATÓRIA - 11-04-2014.pdf

Exmo Sr

Por motivos profissionais não poderei estar presente na próxima assembleia de dia 11, pelo que solicito a minha substituição. Farei chegar assim que possível o documento de pedido de substituição. Obrigada  
Elsa Carneiro

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Junta de Freguesia de Campo e Sobrado" <[campo@jf-campoesobrado.pt](mailto:campo@jf-campoesobrado.pt)>

Data: 3 de Abr de 2014 17:51

Assunto: Convocatória para Assembleia de Freguesia

Para: <[assembleiafcampoesobrado@gmail.com](mailto:assembleiafcampoesobrado@gmail.com)>, "João Reboredo" <[professor27@sapo.pt](mailto:professor27@sapo.pt)>, <[lines.80@hotmail.com](mailto:lines.80@hotmail.com)>, <[tiagoalexandresabença@gmail.com](mailto:tiagoalexandresabença@gmail.com)>, <[fontes27@sapo.pt](mailto:fontes27@sapo.pt)>, <[salomao.abreu@gmail.com](mailto:salomao.abreu@gmail.com)>, <[celeste14machado@hotmail.com](mailto:celeste14machado@hotmail.com)>, <[joaopaulosilvapereira@gmail.com](mailto:joaopaulosilvapereira@gmail.com)>, <[marcovaqueiro@gmail.com](mailto:marcovaqueiro@gmail.com)>, <[frocha1952@iol.pt](mailto:frocha1952@iol.pt)>, "Manuel Santos" <[necasantos.santos@gmail.com](mailto:necasantos.santos@gmail.com)>, <[elsacarneiro@gmail.com](mailto:elsacarneiro@gmail.com)>

Cc:

Exmo(a) Senhor(a),

Por incumbência do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, segue em Anexo convocatória para Assembleia de Freguesia a realizar no próximo dia 11 de abril de 2014.

Com os cumprimentos,

Susana Coelho

Administrativa



**Sede:** Rua dos Molrais, 94/100 | 4440-131 Valongo  
**T:** 224 110 471 / 220 927 225 | [campo@jf-campoesobrado.pt](mailto:campo@jf-campoesobrado.pt)  
**Edifício de Sobrado:** Rua S. João de Sobrado, 2251 | 4440-339 Valongo  
**T:** 224 111 223 | [sobrado@jf-campoesobrado.pt](mailto:sobrado@jf-campoesobrado.pt)  
[www.jf-campoesobrado.pt](http://www.jf-campoesobrado.pt)  
[www.facebook.com/juntafreguesiacampoesobrado](http://www.facebook.com/juntafreguesiacampoesobrado)



Membros do Partido Socialista na Assembleia De Freguesia  
de Campo e Sobrado

Pedido De Substituição

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da  
Assembleia De Freguesia de Campo e Sobrado

Eu, Gabriel Vale Costa, membro eleito na  
Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado, pelo Partido Socialista, venho por este meio solicitar  
a minha substituição, de acordo com o nº 2 do artigo 13º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro,  
para a Assembleia de Freguesia a realizar-se em 11 / 04 / 2014, por motivos profissionais.

Campo e Sobrado, 11 / 04 / 2014

Gabriel Costa



Membros do Partido Socialista na Assembleia De Freguesia  
de Campo e Sobrado

Pedido De Substituição

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da  
Assembleia De Freguesia de Campo e Sobrado

Eu, Celeste da Silva Machado, membro eleito na  
Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado, pelo Partido Socialista, venho por este meio solicitar  
a minha substituição, de acordo com o nº 2 do artigo 13.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro,  
para a Assembleia de Freguesia a realizar-se em 11 / 04 / 2014, por motivos profissionais.

Campo e Sobrado, 11 / 04 / 2014

Celeste da Silva Machado



Membros do Partido Socialista na Assembleia De Freguesia  
de Campo e Sobrado

Pedido De Substituição

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da  
Assembleia De Freguesia de Campo e Sobrado

Eu, Liliana Alexandra Nunes Rodrigues, membro eleito na  
Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado, pelo Partido Socialista, venho por este meio solicitar  
a minha substituição, de acordo com o nº 2 do artigo 13.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro,  
para a Assembleia de Freguesia a realizar-se em 11 / 04 / 2014, por motivos profissionais.

Campo e Sobrado, 11 / 04 / 2014

Liliana Alexandra Nunes Rodrigues



# Anexo B



## Saudação Comemorar 40 anos do 25 Abril

Considerando que:

1. Em 2014, os trabalhadores e o povo português comemoram os 40 anos do 25 de Abril – da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, que constitui um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal.
2. Culminando uma longa e heróica luta dos trabalhadores, a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista. Em 1974, Portugal era um país com uma guerra colonial, com mortos e estropiados numa guerra contra os povos das colónias. Tinha cerca de um milhão de pessoas a viver em barracas, sem pensões nem reformas, com trabalhadores sem direito a férias e subsídios, com salários miseráveis e sujeitos a serem despedidos a qualquer momento ou presos por lutarem e protestarem, forçando à emigração cerca de um milhão e 500 mil nos últimos anos que antecederam 1974.
3. O 25 de Abril, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido por um levantamento popular, transformou profundamente a realidade nacional, com alterações progressistas muito importantes que permitiram o rápido melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, de idosos, crianças e jovens.
4. Foi então que se estabeleceu o salário mínimo nacional (que aumentou o salário à maioria esmagadora dos trabalhadores), os aumentos salariais, a actualização de pensões e do abono de família, a redução do horário de trabalho, a criação do subsídio de desemprego, a proibição de despedimentos sem justa causa, os subsídios de férias e o estabelecimento para as mulheres de licença no período da maternidade. Melhoraram os serviços de saúde, o que viria a traduzir-se num Serviço Nacional de Saúde, alargou-se o acesso à escola pública e limitou-se o aumento das rendas de casa.
5. A nacionalização da banca e dos sectores básicos (seguros, electricidade, petróleos, indústria do ferro e do aço, transportes, estaleiros, extração de minério, vidro, produtos químicos, celulose e papel, tabaco, cervejas) estabeleceu uma base objectiva para o desenvolvimento económico em benefício do país e do povo.
6. Portugal vive, hoje, um dos mais graves e dolorosos períodos da sua história de mais de oito séculos, seguramente o período mais difícil desde o fim dos negros dias do fascismo. O País está sob uma inaceitável intervenção externa. Um Pacto de Agressão negociado e subscrito pelo PS, PSD e CDS, com a cumplicidade do Presidente da República e o apoio do grande capital, que tem como objectivo o aumento da exploração de quem trabalha e o empobrecimento do povo.



7. Os portugueses estão sujeitos a uma política dita de “austeridade” que rouba direitos, salários e pensões, que aumenta os horários de trabalho, que rouba ao povo para dar à banca, em que as 25 maiores fortunas do país aumentaram, em média, 16% em 2013, e em que, desde 1980, a fortuna dos mais ricos de entre os ricos duplicou em Portugal. É uma política que põe em causa o futuro do País e dos portugueses.

Assim, os eleitos da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Sobrado reunidos no dia 11 de Abril de 2014:

- Saúdam as comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril, reafirmam que as conquistas políticas, económicas, sociais e culturais de Abril, representaram, e continuam a representar, importantes direitos e avanços que com a luta serão projectados no futuro de Portugal.
- Apelam a que se afirme nas empresas, nos locais de trabalho e na rua a indignação e a recusa pelo que estão a fazer ao povo e ao país.

Sobrado, 11 de Abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária



# Anexo C



## MOÇÃO

### Contra a privatização ou concessão a privados da Metro do Porto e da STCP

0

Considerando que:

- O Governo tem em curso diligências tendo em vista a privatização ou concessão a privados das empresas públicas de transportes da Área Metropolitana do Porto, sendo que, em concreto, no horizonte mais próximo, esta possibilidade coloca-se em relação às empresas Metro do Porto e Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP);
- A Metro do Porto e a STCP prestam um serviço público fundamental e insubstituível, abrangendo os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, servindo uma população de cerca de um milhão e trezentas mil pessoas.

Mais em detalhe, refira-se que:

- A Metro do Porto transportou em 2013 cerca de 56 milhões de passageiros. A sua rede é composta por seis linhas, numa extensão total de 67 km, servidas por um total de 81 estações e abrangendo sete concelhos;
- A STCP transportou em 2013 cerca de 79 milhões de passageiros. A sua rede de autocarros é composta por 69 linhas, que se estendem ao longo de 478 km de rodovia, abrangendo seis concelhos, com um total de 2460 paragens. Esta empresa facilita ainda o serviço de eléctrico, com três linhas e 45 paragens no concelho do Porto;
- De uma forma geral, ambas as empresas possuem veículos e equipamentos modernos, em boas condições de prestar um serviço público de qualidade.

E tendo em conta que:

- Por um lado, os investimentos realizados ao longo dos anos na expansão de rede da Metro do Porto e na modernização da STCP foram em grande parte financiados na banca comercial, muitas vezes em condições fortemente onerosas para o erário público, em consequência do sub-financiamento crónico por via dos sucessivos orçamentos do Estado, sendo esta a principal causa das elevadas dívidas apresentadas a médio e a longo prazo;
- Por outro lado, ambas as empresas apresentam resultados operacionais positivos ou perto do positivo, que perspectivam a possibilidade de rentabilização económica da sua actividade.

0

E ainda que:

- Ao longo dos últimos anos, os tarifários dos transportes públicos foram substancialmente encarecidos, mesmo para os utentes economicamente mais desfavorecidos, um conjunto alargado de carreiras e serviços da STCP foram afectados negativamente, a par com a redução significativa de trabalhadores e com a realização de cortes nos seus rendimentos e direitos;



- A concretização da privatização ou concessão a privados das empresas Metro do Porto e STCP traduzir-se-á, mais cedo ou mais tarde, no acentuar da redução da oferta de transportes públicos e no seu encarecimento, com todas as consequências negativas para as populações e para as actividades económicas na Área Metropolitana do Porto.

A tudo isto, ainda acresce o facto do Governo se furtar a uma discussão de fundo com as autarquias da Área Metropolitana do Porto sobre o papel das empresas públicas de transportes, limitando-se a consultar administrativamente algumas câmaras municipais sobre os termos em que a privatização ou concessão da Metro do Porto e da STCP deve ser realizada, condicionando e limitando qualquer debate sério sobre uma problemática da maior relevância para os concelhos directamente afectados e para toda a região.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Sobrado, reunida em sessão ordinária em 11 de Abril de 2014, no exercício do seu dever de defesa dos interesses da população do seu concelho, manifesta o seguinte:

- Reclamar ao Governo que abandone a intenção de proceder à privatização ou concessão das empresas de transportes públicos da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente a Metro do Porto e a STCP;
- Enviar cópia desta moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho Metropolitano do Porto, ao Conselho de Administração da Metro do Porto e da STCP, à Autoridade Metropolitana dos Transportes do Porto e às estruturas representativas dos trabalhadores da Metro do Porto e da STCP.

Sobrado, 11 de Abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária



# Anexo D



Unidos por campo e sobrado

Exºmo Srº

Presidente da assembleia

De freguesia da união das

Freguesias de Campo e Sobrado

Os Unidos por Campo e Sobrado, congratulam-se pelo fato de o relatório de atividades da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, se mantenha, mas não com os moldes que já existe, pois consideramos o que já existe ser a agenda do Sr presidente da Junta.

Por considerarmos ser um documento útil e importante na partilha de informação com a nossa população, sugerimos que esse relatório seja melhorado, ou seja, fazendo constar do mesmo, um resumo das principais conclusões das atividades desenvolvidas.

Juntamos em anexo uma ideia para a estrutura desse mesmo relatório, para que seja ainda mais enriquecedor, tão importante documento.

Sobrado 11 de abril de 2014

---

Joao Miguel Lagoinha reboredo, professor



Unidos por campo e sobrado

Proporvir a alteração do Relatório  
das atividades. <sup>Proposta</sup> ~~Resumo~~.

**tx:** Relatório das atividades da Junta

Hora	Data	Actividade/assunto	Objetivo estratégico / Resumo	Conclusão

Sobrado 11 de abril de 2014

---

Joao Miguel Lagoinha reboredo, professor



# Anexo E



Unidos por campo e sobrado

### Dia da criança.

Vimos por este meio, sugerir ao executivo da junta de freguesia ao qual preside, que analise esta nossa proposta, temos a certeza que engrandecerá um evento tão nobre como é o dia da criança.

Sendo certo que temos nas duas vilas espaço multifuncionais ligados as associações locais e ao próprio município, para proporcionar este tipo de eventos com segurança, pois a segurança, principalmente em atividades com crianças, tem que estar salvaguardada.

Falamos pois, da organização do dia da criança.

Ideia essa que consiste em montar um palco para que durante a tarde/noite haja atividades ligadas a musica, a dança e ao entretenimento. Ao mesmo tempo, proporcionar às crianças a prática dos jogos tradicionais e diversão em insufláveis, pinturas faciais e escultura de balões, jogos de mesa e de tabuleiro, motas a pedais e moto 4 para fazer pequenos passeios e gincanas, tiro ao alvo com arcos e flexas e zarabatana.

Gostaríamos com esta iniciativa, envolver o agrupamento de escolas, através da junta colocando uma barraca para cada escola onde serão expostos trabalhos dos alunos para serem vendidos onde os lucros reverterão a favor das escolas, barracas essas dinamizadas pela associação de pais e os próprios alunos.

Ao meio da tarde será oferecido um lanche as crianças.

Ao início da noite/fim da tarde será colocado será feito "uns comes se bebes" e dá-se início ao "arraial da criançada", com bifanas, carne assada entre outras iguarias e as 21 horas inicia-se o desfile de artistas / cantores, onde o espetáculo musical será assegurado para abrilhantar o arraial.

Todo este projeto seria dignamente negociado com as associações locais, com o objetivo de se descentralizar a sua comemoração ao longo dos anos, ou seja, este ano organiza a atividade a associação Y, para o ano a Z e assim sucessivamente, sempre com a supervisão e coorganização da junta da junta.

Atenciosamente!



# Anexo F

## CAPÍTULO XV

### Disposições finais

#### Artigo 71º

##### Preços e taxas

2. Todas as sepulturas , jazigos /capelas concessionadas e de direitos especiais poderão estar sujeitos ao pagamento de uma taxa de manutenção de acordo com a tabela de taxas em vigor, caso se justifique a sua aplicação e aprovada pela assembleia freguesia.



# Anexo G

**PSD-PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**  
*Membros da Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado*

**DECLARAÇÃO DE VOTO DE VENCIDO**

**AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, QUE RESULTEM DE PROJETOS OU AÇÕES  
CONSTANTES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2014**

Os membros da Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado eleitos pelo PSD-Partido Social Democrata, presentes na reunião da Assembleia de Freguesia do dia 11 de Abril de 2014, votam contra a aprovação do documento acima, e apresentam declaração de voto de vencidos, porque consideram não estarem cumpridas algumas das obrigações legais para a aprovação deste documento, entre outras, as seguintes, como mais importantes:

- 1) O Plano Plurianual apresentado não cumpre com o nº 3 do artigo 4.º da Lei n.º 91/2001 de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.
- 2) O não cumprimento do acima invalida o fundamento apresentado neste pedido de autorização, baseado no cumprimento do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.
- 3) O Plano Plurianual apresentado não permite cumprir com o nº. 2 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Dado que a legislação acima indicada não foi cumprida, o teor do documento apresentado baseia-se em pressupostos que não são válidos, o que como consequência invalida na totalidade, a autorização concedida pela votação da maioria dos membros desta Assembleia de Freguesia.

A apresentação deste documento mostra que o executivo da Junta de Freguesia pretende “escapar” à fiscalização desta Assembleia e que a maioria dos membros desta Assembleia que o votou favoravelmente “consente” o esvaziar dos poderes políticos e das obrigações legais, atribuídas por lei, a esta Assembleia de Freguesia, tornando a realização das Assembleias uma mera figura de retórica.

Os membros da Assembleia de Freguesias do PSD